



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA
CULTURA DIGITAL
TATIANA CARDOZO ANACLETO GONÇALVES

**Inclusão Digital no Projeto Político Pedagógico: um estudo de caso na Escola
de Educação Básica Adelaide Konder**

FLORIANÓPOLIS - SC
2016

TATIANA CARDOZO ANACLETO GONÇALVES

Inclusão Digital no Projeto Político Pedagógico: um estudo de caso na Escola de Educação Básica Adelaide Konder

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Especialização Educação na Cultura Digital da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Educação na Cultura Digital**. Orientadora: Prof.^a M.^a Ingrid Nicola Souto.

FLORIANÓPOLIS - SC
2016

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.

(Paulo Freire, 1989)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao meu Esposo Gilnei e ao meu filho Hugo, que me deram força nesta longa caminhada, me incentivando sempre.

As minhas parceiras de trabalho da EEB Adelaide Konder que sempre estiveram me ajudando e apoiando.

À minha orientadora Prof^a M. ^a Ingrid Nicola Souto, foi a voz amiga, incentivadora e desafiadora neste estudo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TDIC: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

PPP: Projeto Político Pedagógico

MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização

APP: Associação de Pais e Professores

EMIEP: Ensino Médio Integrado a Educação Profissional

EMI: Ensino Médio Inovador

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

PROINFO: Programa Nacional de Tecnologia Educacional

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso trata da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola de Educação Básica Adelaide Konder para inclusão das Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). Para tanto, fundamentou-se na perspectiva teórica de alguns autores importantes da educação, como Paulo Freire e J. Gimeno Sacristán e para elaborar estratégias de inclusão de digital a partir da abordagem de Nelson De Luca Pretto, Maria Helena Silveira Bonilla e Maria Elizabeth Bianconcini Almeida. A metodologia de pesquisa adotada nesta investigação qualitativa está pautada em procedimentos que se assemelham ao estudo de caso etnográfico, para propor quatro estratégias de inclusão das TDIC no PPP da EEB Adelaide Konder. A partir deste estudo, espera-se contribuir para uma reflexão sobre a inclusão digital, suas inovações e melhorias que podem fortalecer o ensino e a aprendizagem.

Palavras-chaves: Inclusão Digital, Tecnologias digitais de informação e comunicação, Projeto Político Pedagógico.

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 - Elementos importantes para construção do PPP	25
--	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ADELAIDE KONDER	12
CAPÍTULO 2 - A INCLUSÃO DIGITAL	18
CAPÍTULO 3 - O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	24
CAPÍTULO 4 - A PESQUISA: ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DIGITAL NO PPP DA ESCOLA	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	35
ANEXOS	38

INTRODUÇÃO

Para melhor compreender o meu interesse por este estudo, apresento a Escola de Educação Básica Adelaide Konder. Afinal, nessa escola, atuo como Assistente de Educação, integrando a equipe gestora, desde 2006. Por isso, em grande parte, este é decorrente das minhas inquietações a acerca da inclusão digital no Projeto Político Pedagógico e sua inserção em prol de uma educação de qualidade.

Atualmente, temos vivenciado mudanças constantes na escola em relação ao avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Esses recursos surgem a todo momento no comércio, chegam trazendo inovações avançadas em seus processadores e programas. Isso gera conflitos e desafios, pois, muitas vezes esse aluno já se utiliza desse recurso no seu dia a dia e a escola ainda não o possui.

Diante disso, os desafios da escola são muitos, começam com a questão aquisição do equipamento e ampliam-se para apropriação desses recursos nos seus planos de ensino das diversas disciplinas que constam na matriz curricular da Educação Básica, e não meramente para passar o tempo com alguma tecnologia.

Por isso, em 2014, iniciei o Curso de Especialização em Educação na Cultura Digital, ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No curso, foram realizadas diversas atividades e projetos que envolveram alguns segmentos de professores e alunos, um deles fez parte do projeto Mídia Social¹, com apresentações pequenas foi demonstrado ao público via internet a escola.

A partir destas discussões no curso e com a minha prática na escola EEB Adelaide Konder, foi possível perceber que embora tenhamos algumas atividades que envolvem as tecnologias digitais, assim como, a grade curricular insere a informática nas turmas do Ensino Médio Inovador (integral). Não há elementos inclusos no PPP, documento este que deve nortear todas as situações que ocorrem na escola.

¹ Podemos encontrar informações deste Projeto de Educação na Cultura Digital/Mídia Social. Disponível em <<http://educacaonaculturadigital.ufsc.br/>>. Acesso em: 22 de jun. de 2016. Especificamente sobre o que foi realizado na EEB Adelaide Konder. Disponível em <<http://educacaonaculturadigital.ufsc.br/nalinhadotempo/>>. Acesso em: 22 de jun. de 2016.

Diante disso, os contornos e delimitações deste estudo surgiram, pois na Unidade Escolar que atuo, ainda não existe um estudo e registro específico sobre as TDIC constando dentro do PPP da escola. Tendo em vista que esse processo não retrocederá e que há necessidade de adequação de documentos/registros que regem a funcionalidade da escola.

Portanto, para responder este problema propõem-se um estudo sobre os desafios de inclusão das TDIC no PPP da escola, como também, reconhecer a importância das políticas públicas existente para a efetivação dessa inserção. Por isso têm-se os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola de Educação Básica Adelaide Konder para desenvolver estratégias didáticas de inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

Para contemplar, os **objetivos específicos** são:

- analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Básica Adelaide Konder;
- conhecer as Políticas Públicas que norteiam inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na Educação;
- elaborar estratégias que contribuam para inclusão digital no Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Básica Adelaide Konder.

Diante disso, no **capítulo 1**, apresentaremos um histórico breve sobre a escola, EEB Adelaide Konder, suas reestruturações físicas e suas mudanças curriculares. Demonstraremos um pequeno relato da minha caminhada profissional e, de forma simples, abordar as realizações da escola para se inserir no uso das tecnologias digitais.

No **capítulo 2**, demonstraremos através de importantes autores, o significado de inclusão digital, as políticas públicas existentes que norteiam a inclusão digital e sua inserção nas escolas públicas.

Logo, no **capítulo 3**, apresentamos uma abordagem sobre currículo, PPP, e instrumentos necessários para uma gestão democrática e as dificuldades da inclusão digital.

No **capítulo 4**, a pesquisa - destacaremos estratégias para a construção de um PPP integrado as TDIC, em especial, na EEB Adelaide Konder.

Por fim, nas considerações finais pretendemos apresentar os pontos essenciais deste estudo, realizando uma análise da viabilização desse processo na escola e propondo reflexões sobre a inclusão das TDIC no PPP.

CAPÍTULO 1 - A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ADELAIDE KONDER



Fonte: Acervo da Escola EEB Adelaide Konder, 2014.

Neste capítulo, apresentaremos um breve histórico da EEB Adelaide Konder desde a sua criação em 1952, suas reestruturações físicas, assim como as modificações e implementações de várias matrizes curriculares. Como parte desse estudo, incluiremos um pequeno relato da minha caminhada profissional e, destacaremos de forma singela, os esforços realizados pela escola para estar inserida na utilização das tecnologias digitais.

Para iniciarmos, faz-se necessário uma breve apresentação da EEB Adelaide Konder. Essa escola está inserida na comunidade de Machados, município de Navegantes/Santa Catarina (SC), e, em geral atende uma população de classe média baixa.

Neste ano, no dia 10 de maio, a escola completou 64 anos de sua fundação, atendendo a comunidade escolar na conquista de novos caminhos, na formação de sua escolaridade.

No histórico da escola, consta que a unidade escolar teve seus primeiros registros no ano de 1952. No início de suas atividades a escola possuía o nome de Escola Reunida Adelaide Konder e já se localizava no mesmo endereço, havendo apenas variação da numeração. A sua estrutura física era composta por quatro salas de aulas e o ensino era ofertado apenas para as séries iniciais de 1º a 4º série, suas salas de aula eram pequenas e construídas de madeira.

No ano de 1975, a escola passa por reformas que ampliam a quantidade de salas de aulas, para receber também uma quantidade maior de “carteiras”, quadros, armários, estantes. No prédio escolar começa a funcionar também o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL.

Art. 1.º – A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, instituída pelo Decreto n.º 62.455, de 22 de março de 1968, nos termos do Art. 4.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. (BRASIL, 1985 apud NISKIER, 1989, p. 484)

Ainda nesse ano, a direção da Escola Reunida Adelaide Konder pleiteia através do processo n.º 536/75, a autorização para o funcionamento de 5ª a 8ª série do 1º grau. Em 22 de dezembro de 1975, a sessão plenária aprova por unanimidade a autorização para a implementação gradativa a partir de 1976 do funcionamento de 5ª a 8ª série. Por isso, em 1976, através do decreto n.º 134, passou a ser denominada como Escola Básica Adelaide Konder.

Em 1977, a escola recebe doação de João Negherbon, Muacir Maccarini, Daniel Maccarini, Valmir Maccarini, Cláudio Maccarini e Valentim Maccarini de um terreno para ampliação do espaço físico. A partir dessa doação, em 1978, teve início a construção do novo prédio escolar, com inauguração prevista para junho

de 1979. A implementação gradativa do funcionamento da 5ª e 8ª série, iniciou com o Decreto n.º 4.639 de 20 de março de 1978, com autorização para oferta da 7ª série do 1º grau. Logo após, houve o segundo Decreto n.º 6.542 de 22 de dezembro de 1978, destinado à autorização da 8ª série, a partir de 1979.

No ano de 1980, a escola possuía 320 alunos cursando o 1º grau, os mesmos foram divididos nas salas existentes na escola, em três turmas: matutino, vespertino e noturno. Em meados de 1988, o aumento dos alunos foi significativo. A partir dessa demanda, ficou evidente a necessidade de ampliar os níveis de escolaridade, ou seja, a oferta do 2º grau, que foi aprovada através do processo nº 1099/87, em 09 de janeiro de 1988.

Nesse período a escola começa a se reestruturar, pois além de atender sua comunidade local recebe uma demanda de alunos oriundos de outros bairros, com a ampliação dos seus níveis de ensino.

No ano de 2000, a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto altera a oferta de modalidades nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual. Diante disso, Escola de Educação Básica Adelaide Konder, passa a atender os alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Em 2001, aconteceu o reconhecimento do Ensino Médio na Escola de Educação Básica Adelaide Konder, aprovado em 18 de dezembro de 2001. Logo, no ano de 2004, iniciou-se a construção da quadra poliesportiva destinada a realização das aulas de educação física e uso da comunidade, inaugurada em 2005.

Inicia-se em 2006, o processo administrativo e operacional para a reforma da escola, processos estes que atendiam as necessidades de toda a comunidade escolar e comunidade local. No ano de 2007, a reforma foi concluída e apresentando uma infraestrutura de excelência para o atendimento as demandas que hora se exigiam.

Em 2008, para atender as exigências sociais, a comunidade escolar detecta a necessidade de viabilizar cursos profissionalizantes para formar profissionais aptos ao mercado de trabalho. Isso porque, ao longo dos anos, o município se desenvolveu, possibilitando novas oportunidades de trabalho em áreas diversas, como: portos, estaleiros, comércio. Para atender a demanda do crescimento industrial no município de Navegantes, foi necessária a elaboração do

projeto para a implantação da escola profissionalizante, denominado de “Estrutura para um Brasil Profissionalizado”.

Em 2010, foi implantado na cidade de Navegantes, através da EEB Adelaide Konder o primeiro curso técnico de Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante (EMIEP) em Segurança no Trabalho para atender a demanda do mercado local. Esse curso foi criado para ter quatro anos de efetivo estudo, unindo assim a base curricular comum e a base curricular técnico, juntamente com o estágio supervisionado.

Em 2011, inicia-se um novo processo de implantação do Ensino Médio Inovador (EMI), implementado somente em 2012. Esse projeto tinha como objetivo ser ofertado a todo aluno ingressante no ensino médio, e teria um período de estudo na forma integral, com três anos de duração para completar o curso.

A primeira turma do EMIEP formou-se em 2013. Em 2014, houve mudanças na matriz curricular e o curso de quatro anos foi excluído, passando a ficar esse curso também de forma integral e com conclusão em três anos de ensino.

De 2014 até 2016, houveram diversas ações administrativas para implementar novas melhorias em sua infraestrutura, inclusive com a construção de um novo bloco com salas de aula, banheiros, laboratório de informática e um auditório.

Resumidamente, essa é a história da escola, que também faz parte da minha trajetória como profissional desde 2000. Iniciei minha caminhada como professora, lecionando para as turmas dos anos iniciais e ensino fundamental. Em 2006, assumi o cargo de Assistente de Educação (popularmente conhecido como secretária de escola) através de concurso público. Nesse período, assumi novas funções, o que me possibilitou ter uma visão mais abrangente da realidade escolar e do compromisso educacional.

Após dez anos nesse cargo, tenho recebido vários gestos de reconhecimento do meu profissionalismo, que assumi com grande responsabilidade. Nessa trajetória, percebo que a escola teve um crescimento em relação ao número de alunos e professores, mas enfrenta dificuldades devido a esse aumento em alguns aspectos.

Inicialmente, é possível destacar que o aumento do número de alunos e professores, possibilitou o atendimento de várias partes do município, incluindo

municípios próximos. Mas esse fato resulta na dificuldade do fortalecimento de uma comunidade escolar devido às distâncias. Outro aspecto importante é a morosidade dos órgãos governamentais em promover subsídios para manutenção e recuperação de equipamentos da escola. Conforme mencionado anteriormente, estamos recebendo financiamento para a reforma e a construção de salas, porém sem previsão para o financiamento dos equipamentos e móveis necessários para as salas, ficando isso a cargo da equipe gestora.

Neste ano, a reforma estrutural do laboratório de informática foi concluída, porém, ainda aguardamos receber os equipamentos novos. O laboratório de informática, conta atualmente com somente sete computadores, que já possuíamos. A estrutura de cabos e instalação da rede de internet ficou sob a responsabilidade da equipe gestora. Obtivemos sucesso, iniciamos um trabalho com o apoio financeiro de toda comunidade escolar.

Em termos de equipamentos, essa é a realidade da escola. Um cenário que dificulta o trabalho docente mais abrangente com o uso das tecnologias digitais, pois os computadores não possuem capacidade de *hardware* e *software* para uso de recursos tecnológicos.

Mas, é importante ressaltar que mesmo dentro de toda a adversidade a escola está desenvolvendo ações para colocar o laboratório em funcionamento e pretende disponibilizar o acesso para toda a comunidade. Além disso, outro fator que merece destaque é a criação de *blog*² e *Facebook* da Escola³, que são os espaços criados com o objetivo de promover o fortalecimento da comunidade escolar através da interação em rede, minimizando as distâncias físicas.

É importante ressaltar, que a escola também participou do projeto Educação na Cultura Digital/Mídia Social⁴, apresentando alguns projetos realizados na escola pelos cursistas envolvidos.

Enfim, esse é um breve resumo do histórico da EEB Adelaide Konder, marcada por diversas e importantes conquistas. Apresentamos esse histórico, pois, é a partir desse contexto, que buscaremos refletir nos próximos capítulos e como

² Blog da EEB Adelaide Konder, Disponível em <<http://akculturadigital.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 22 de jun. de 2016.

³ Facebook da EEB Adelaide Konder, Disponível em <<https://pt-br.facebook.com/eebadelaide.konder>>. Acesso em: 22 de jun. de 2016.

⁴ Projeto de Educação na Cultura Digital/Mídia Social. Disponível em <<http://educacaonaculturadigital.ufsc.br/>>. Acesso em: 22 de jun. de 2016.

analisar o PPP da Escola de Educação Básica Adelaide Konder para desenvolver estratégias didáticas de inserção das TDIC.

CAPÍTULO 2 - A INCLUSÃO DIGITAL



Fonte: Firefish Marketing Digital. Disponível em: <<http://firefish.com.br/wp-content/uploads/2016/04/mmmmm.jpg>>. Acesso em: 24 de maio de 2016.

As tecnologias digitais estão ao alcance de todos e já fazem parte de nossas vidas. (BUCKINGHAM, 2007). Neste capítulo, pretendemos abordar a perspectiva de alguns autores sobre o real significado de inclusão digital, para posteriormente analisar através dessas lentes as possibilidades de inserção das TDIC na Educação e principalmente na EEB Adelaide Konder.

A inclusão digital pode ser vista como um projeto ou programa que possibilita o acesso a todos, as TDIC. (BONILLA; PRETTO, 2011). Isso coloca os processos educacionais e os educadores **novos desafios, principalmente se partirmos do pressuposto do uso das TDIC como instrumento inerente ao processo de educação e não como apenas um recurso tecnológico ao processo de ensino e aprendizagem (grifos nossos)** (PRETTO, 2013).

Para Teixeira (2010), a definição de inclusão digital deve ser modificada, contemplando além do acesso as TDIC, a viabilização de sua utilização em prol da melhoria da sociedade, criando cidadãos conscientes e dinâmicos.

A inclusão digital está além de apenas ter acesso a rede ou dominar as tecnologias. Em meio a essa discussão sobre a inclusão e exclusão digital, a escola tem passado por importantes transformações. Podemos afirmar, que a sociedade da informação com disseminação das tecnologias de informação e comunicação tem desenhado um novo cenário para as escolas.

[...] a inclusão digital não é alcançada apenas quando se dá computadores ou acesso à internet, mas quando o indivíduo é colocado em um processo mais amplo de exercício pleno de sua cidadania. A inclusão digital deve, conseqüentemente, ser pensada de forma complexa, a partir do enriquecimento de quatro capitais básicos: social, cultural, intelectual e técnico. [...] Esses capitais devem ser estimulados, no caso da inclusão ao universo digital, pela educação de qualidade, pela facilidade de acesso aos computadores (e/ou similares) e à rede mundial de computadores, pela geração de empregos, ou seja, pela transformação das condições de existência (LEMOS, 2011, p. 16).

Precisamos entender que o uso das TDIC é muito mais que compreender as ferramentas, como linguagens que organizam os modos de pensar, agir, expressar, manter relações com o mundo e obter o conhecimento. Isto significa então, envolver a “Educação com a cultura digital”, o que permite acontecer o enfrentamento de conflitos e novos desafios, para de fato, inovar dentro do ambiente escolar (ALMEIDA; VALENTE, 2012).

Para Marcon (2015, p. 51),

[...] processos de inclusão digital pressupõem movimentos coletivos e descentralizados, nos quais cada sujeito é potencialmente um nó que pode inferir, transformar e dar novas perspectivas para o fluxo da rede. Nesse cenário, a interatividade, a inteligência coletiva, a diversidade e a necessidade de assumir-se como sujeito protagonista e produtor de conteúdos potencializa o exercício da cidadania na rede e invalida o modelo de reprodução e consumo.

Com base nisso, Bonilla (2005), já afirmava que precisamos superar os problemas em relação ao termo inclusão digital, uma vez que já estamos inseridos nesse processo. E sim, abordar este assunto, para sejam implantadas políticas públicas que invistam na formação dos professores, afim de ajudá-los a trabalhar com essa tecnologia em sala de aula.

Segundo Pretto (2012), ao referir-se às **políticas públicas para a inclusão digital (grifos nossos)**, destaca a necessidade de iniciativas que viabilizem a inclusão de cidadãos, não como meros consumidores, seja de produtos ou de informações, mas como sujeitos plenos que participam do mundo contemporâneo enquanto seres éticos, autônomos e com poder de decisão.

[...] no âmbito das políticas públicas, permite adesão à políticas que tratam os problemas sociais como adendos, e também como fatalidades decorrente da hegemonia das leis econômicas e dos ditames do capital financeiro. [...] Permite, portanto, tratar a exclusão como “resíduo necessário”, ainda que não desejável, das necessárias leis do mercado e da competitividade do mundo “globalizado”. (FERREIRA, 2002, p. 06)

As políticas públicas educacionais podem ser reconhecidas como ações governamentais para disponibilizar o acesso ao conhecimento, tanto de forma física com equipamentos, quanto em programas de formação de professores. Afinal, oportunizar programas de formação para professores, é criar caminhos para que o ensino e aprendizagem aconteçam considerando o escopo das mudanças da sociedade.

Como exemplo, podemos citar o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), promovido pelo MEC, que tem o intuito disponibilizar equipamentos e recursos digitais às escolas, como também oportunizar formação continuada para os profissionais da educação e alunos da rede pública através de cursos teóricos e práticos na tecnologia digital.

Para Pretto (2012, p. 94):

a ampliação dessa diversidade digital, associada a multiplicação de possibilidades de transmissão de informações, tem demandado políticas públicas muito atentas no sentido de se garantir que os processos formativos dos cidadãos se deem, simultaneamente, fortalecendo-se os valores locais e possibilitando a interação com o universal, com o planetário.

Se antigamente as únicas formas de ensinar eram na sala de aula com o professor, o quadro o giz e os livros didáticos. Hoje esse cenário se amplia, afinal é possível ensinar e aprender em diferentes espaços, tempos, formas e meios.

Segundo Bonilla, (2005, p. 22) os recursos tecnológicos “devem ser encarados de forma aberta, explorando-se todas as possibilidades”. Utilizá-los em sala de aula, trará um conhecimento rico e dinâmico, não se prendendo apenas em um único livro didático.

Para Pretto e Assis (2008, p.80) é que a

[...] incorporação dessas tecnologias não pode se dar meramente como ferramentas adicionais, complementares, como meras animadoras dos tradicionais processos de ensinar e de aprender. As tecnologias necessitam ser compreendidas como elementos fundantes das transformações que estamos vivendo [...].

Ao utilizar as TDIC na prática pedagógica, o professor quanto a escola, transformam seu o currículo escolar e oportunizam aos alunos uma nova visão sobre a educação. Por meio dos recursos tecnológicos, o currículo escolar se amplia para além dos muros da escola, suprimindo os espaços-temporais da sala de aula. Superando os livros, os materiais, previamente estabelecido, constrói ligações com os mais variados espaços do saber e acontecimentos do cotidiano, transformando o ato pedagógico (ALMEIDA; VALENTE, 2012)

O processo de ensino e aprendizagem mediado por esses recursos tem gerado mudanças no processo de construção de conhecimento, conforme afirma Bonilla (2005, p.79):

[...] as tecnologias transformam as linguagens, os ritmos e modalidades de comunicação, da percepção e do pensamento, operam com proposições, exteriorizam, objetivam, virtualizam funções cognitivas e atividades mentais, e por isso devem ser vistas como possibilidades de criação, de pesquisa, de cultura, de re-invenção.

Portanto, a **inclusão digital nas escolas não deve estar restrita somente ao ato de ensinar a utilização das tecnologias ou disponibilizar o acesso à internet (grifos nossos)**. Mas sim, deve ser considerada como meio que supere as paredes da sala de aula, ou seja, na medida em que relaciona os conteúdos didáticos com as informações disponíveis em rede, transformando em conhecimento. Segundo Buckingham (2007), o acesso as tecnologias

oportunizarão a todos, sejam crianças ou adultos, em realizar dinâmicas variadas com os mais diversos conteúdos de uma maneira criativa e inovadora.

Precisamos de iniciativas muito mais coerente e consistentes no nível das políticas culturais e educacionais, que habilitem as crianças, seus pais e suas mães a se tornar participantes críticos e informado da cultura das mídias. (BUCKINGHAM, 2007, p. 208)

Pretto (2012), colabora quando deixa claro que com a formação de professores no uso das tecnologias e como inseri-las em suas aulas, esse repasse aos alunos trará representatividade na forma de integrar a tecnologia na sua vida e nos seus afazeres, não apenas mecanicamente, mas com significância.

Por isso, faz-se necessário concentrar esforços na inclusão digital, desde a estruturação das salas de laboratórios de informática, formação de professores para promover práticas pedagógicas com TDIC, ou seja, desenvolver projetos que integrem a tecnologia como instrumento inerente ao processo de ensino e aprendizagem.

Tem-se, assim, pois, que a tecnologia não pode estar dissociada da educação: ela é parte integrante do processo educativo e não deve ser tratada isoladamente. Além disso, a tecnologia deverá estar presente não como apêndice, mas como realidade que não pode ser ignorada ou desconhecida, da forma mais humana possível. Logo, um projeto de educação tecnológica precisa ter intencionalidade e respaldo teórico. (RIBEIRO, 2007, p. 91)

Diante disso, é possível perceber que as TDIC **devem ser entendidas como instrumentos que possibilitam à democratização do acesso a informação, as oportunidades educacionais, reduzindo as desigualdades sociais (grifos nossos).**

Como um esforço de síntese desse capítulo, retomamos alguns itens importantes sobre a inclusão digital para analisarmos, a seguir no PPP.

- o uso das TDIC como instrumento inerente ao processo de educação e não como apenas um recurso tecnológico ao processo de ensino e aprendizagem. As práticas pedagógicas devem estar sempre em um processo constante renovação/atualização;

- as políticas públicas para a inclusão digital como acesso e busca de conhecimento. Precisam ser pensadas e repensadas para viabilizar o acesso dos alunos e professores;
- inclusão digital nas escolas, oportunizando a todos o acesso à internet. O uso das TDIC como caminhos que levem o aluno à aprendizagem contínua para construir o conhecimento
- as TDIC como instrumentos que possibilitam à democratização do acesso a informação, as oportunidades educacionais, reduzindo as desigualdades sociais. A inclusão digital oportunizando a todos a apropriação aos recursos tecnológicos.

CAPÍTULO 3 - O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



Fonte: Noemi Lopes. Disponível em: <<http://educaja.com.br/2011/01/projeto-politico-pedagogico-como-elaborar.html>> Acesso em 25 de jun. de 2016.

Quando as famílias fazem parte dos projetos e ações da escola, tornando-se agentes criadores nos espaços escolares, transformam tanto a realidade da escola quanto de sua comunidade (SANTA CATARINA, 2014). Neste capítulo, pretendemos abordar o PPP como um importante instrumento para a gestão democrática, pois é através do conhecimento de leis que organizam as escolas e do pensar coletivo, que conseguiremos construir planos para modificar o dia a dia da escola.

As instituições educacionais ao longo dos tempos vêm conquistando espaços para a construção de sua autonomia. As leis e normativas vigentes possibilitaram essas mudanças, uma delas pode ser considerada a criação do Projeto Político Pedagógico (PPP).

[...] o termo projeto político pedagógico foi utilizado na primeira versão da Proposta Curricular de Santa Catarina para referir-se aos objetivos e as opções teórico-metodológicas a serem adotadas pelas instituições escolares do Estado, tendo em vista a consecução de seus objetivos e a função social que estas desempenham. (SANTA CATARINA, 2014, p 41)

O PPP, em sua essência, é o documento base dos trabalhos escolares, que precisa ser discutido e reformulado, sempre em consonância com as políticas públicas educacionais vigentes, sem perder a peculiaridade de representar a realidade em que a escola está inserida, ou seja, como um reflexo da sociedade.

Podemos definir de maneira simples a sigla PPP, destacando os seguintes aspectos, **Projeto** determina o estudo e análise das situações necessárias na escola, para construção de planejamentos e planos futuros com curta e longa execução. **Político**, na medida em que atende a todos de forma geral, visando o bem comum. E não sendo de cunho partidário. E por fim, o **Pedagógico**, porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2004).

Para Dias (2003), esse documento é um instrumento de emancipação, em que os conhecimentos nele contidos e defendidos pela comunidade escolar terão maior probabilidade de serem ensinados e aprendidos, possibilitando assim, que a escola cumpra seu papel social, afinal,

[...] necessitamos de um instrumento de planejamento que permita a participação de todos os atores de forma democrática, para isso surge o Projeto Político-Pedagógico, que quando elaborado e executado de forma participativa, tem se mostrado um importante instrumento de inclusão social e de gestão democrática da escola pública. (DIAS, 2003, p.1)

O PPP sendo um instrumento que vem auxiliar a gestão escolar em todos os segmentos da escola, sendo administrativa, financeira, física, pedagógica e sócio econômica. Com isso, conhecendo todos os aspectos que permeiam o trabalho escolar, os segmentos envolvidos (gestores, professores, alunos e pais)

devem iniciar suas atividades, sem torná-las individualizadas e estagnadas no tempo (BRASIL, 2004).

Segundo o Parecer CNE/CEB nº 7/2010, projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social. (BRASIL, 2013, p. 176-177).

Para elucidar melhor as etapas de construção de um PPP e sua área de abrangência, apresentamos a **Figura 1**.

Figura 1: Elementos importantes para construção do PPP



Fonte: Desenvolvida pela autora.

A partir dessa figura, é possível perceber que um caminho viável é a construção coletiva do PPP. Sem esta coletividade, não se consegue contemplar uma visão geral das necessidades da escola e suas devidas transformações.

As ações devem acontecer com a **participação** de todos os segmentos da escola (**equipe gestora, professores, alunos e pais**) respeitando as ideias e anseios de cada um. Nesse processo, todos os segmentos planejam, tentando

garantir a visão total da escola, e todos realizam, mesmo que apenas parte desse todo. O importante é participar de forma efetiva e não apenas só burocraticamente. (BRASIL, 2004)

Continuando a análise da figura 1, apresentamos as **políticas públicas** vinculadas às **leis**. Toda a construção e reconstrução de um PPP deve estar sempre embasada na legislação que a rege. Por este motivo é um dos fatores muito importante, pois além de desejarmos transformar a situação da escola e atender suas necessidades, não podemos ferir as leis que nos regulamentam.

Conforme Freire (2004), a educação libertadora não pode ser considerada apenas como um ato de repassar ideias, de padronizar alunos. Seguindo este pensamento, verificamos no item **trabalho pedagógico**, a **gestão democrática**, pois, consideramos todos que formam a escola, afinal, cada um possui um papel e uma função a desempenhar em prol do sucesso da instituição. **E a reflexão/discussão**, que é através da troca de ideias e da socialização dos integrantes deste processo.

Para completar a análise dos termos utilizados na Figura 1, temos a **sociedade**, no PPP busca-se estruturar condições educacionais para todos (crianças, jovens e adultos) que estejam envolvidos com a escola, visualizando o cidadão em sua individualidade e sua originalidade, como também no coletivo (BRASIL 2004). Enfatizamos a **cultura digital**, segundo Souto (2013, p. 25):

[...] é um espaço de vivência de novas formas de relações sociais, já que ela indica um processo crescente de reorganização de todas as esferas da ação humana mediadas pelas tecnologias digitais.

Evidenciamos isto, pois as tecnologias digitais vêm recebendo um espaço expressivo na sociedade, possibilitando a integração de saberes e gerando novas expectativas nas relações dos indivíduos entre si, com o mundo, com e na escola, tornando fácil a troca de aprendizados e ideias (SANTA CATARINA, 2014).

Neste contexto, onde o PPP norteia e orienta as ações da escola, não podemos deixar de incluir as TDIC nesse processo. As tecnologias estão modificando o dia a dia das escolas, trazendo novos conhecimentos e metodologias, potencializando o processo ensino e aprendizagem dos alunos (SANTA CATARINA, 2014).

Por fim, podemos concluir o quanto é importante que o PPP da escola seja criado, revisado e reconstruído periodicamente de forma coletiva com todos os segmentos da mesma. Trazendo a luz, as necessidades e mudanças que precisam acontecer, priorizando sempre o processo ensino e aprendizagem dos alunos.

CAPÍTULO 4 - A PESQUISA: ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DIGITAL NO PPP DA ESCOLA



Fonte: Jardim, Verônica R. C. <<http://vrcjardim.blogspot.com.br/2014/12/a-inclusao-digital-o-trabalho-de-gestao.html>>. Acesso em 04 de jul. de 2016.

Neste capítulo, pretendemos apresentar estratégias para a inserção das TDIC no PPP da EEB Adelaide Konder. Como vimos no decorrer desse estudo as TDIC estão de alguma forma presente nas escolas. Para análise desse estudo, optou-se por uma investigação qualitativa com base nos procedimentos referentes ao estudo de caso etnográfico.

Para realização dessa pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa, ancorada na perspectiva e procedimentos do estudo de caso etnográfico. Isso porque o estudo etnográfico é uma averiguação profunda centrada em perspectivas interpretativas e críticas, sempre a partir de fenômenos simbólicos e culturais da organização (SARMENTO, 2011). Afinal, esse estudo parte da análise do PPP com a finalidade de elaborar estratégias para inclusão digital nesse contexto.

É importante ressaltar, que o currículo como meio para a seleção interessada do conteúdo, das metodologias, da avaliação, das ferramentas tecnológicas a serem utilizadas, bem como, dos objetivos operacionalizados. A tríade entre PPP, currículo e TDIC, obrigatoriamente, nos remete a práticas de concepções dinâmicas, uma vez que elas se modificam de acordo com objetivo que se pretende atingir e com o contexto em que são desenvolvidas.

Sacristán (2000), a partir de uma analogia, reforça a necessidade de se entender o currículo um conjunto de atividades que visam transformar o “fazer” escolar, significa pensar em possíveis articulações a prática reflexiva e considerar ainda que nele interagem relações culturais e sociais. Mais ainda, essa ação não estará restrita somente a comportamentos didáticos da sala de aula, muito pelo contrário, acarretará ações.

[...] políticas e administrativas que se expressam em seu desenvolvimento, às condições estruturais, organizativas, materiais, dotação de professorado, à bagagem de ideias e significado que lhe dão forma e que o modelam em sucessivos passos de transformação. (SACRISTÁN, 2000, p. 21)

Diante disso, temos como **primeira estratégia - caracteriza-se pelo o conhecimento para o uso pedagógico das TDIC (grifos nossos)**. Afinal, a inserção mais efetiva das TDIC no PPP pode ser desenvolvida a partir do conhecimento das possibilidades de uso pedagógico das tecnologias.

O emprego das TDIC constitui, hoje, a base dos desenvolvimentos científico e tecnológico da humanidade e é fator indispensável para a produção de conhecimento; o desenvolvimento de pesquisas em redes cooperativas; a realização de simulações e experimentos virtuais sobre distintos fenômenos; a projeção de cenários, propiciando a gerações de produtos e inovações. (ALMEIDA, 2010, p. 20)

Segundo Almeida e Valente (2012), os processos de ensino e de aprendizagem devem absorver cada vez mais o uso de meios e instrumentos tecnológicos digitais, para que os alunos e os educadores possam manuseá-los com mais facilidade, sabendo ler, escrever e se expressarem usando essas tecnologias. Reconhecendo estes recursos como importantes meios de uma sociedade digital, uma das condições atuais para a inclusão digital e a vivência democrática.

A **segunda estratégia - caracteriza-se pela construção coletiva (grifos nossos)** (com a participação de todos os atores do processo) **do PPP da escola**. Isso porque, é necessário evidenciar no PPP processos tanto na dimensão pedagógica, quanto administrativa.

Afinal, a **dimensão pedagógica** trata da seleção dos conteúdos, do papel do professor, da concepção de avaliação, definição dos componentes curriculares a serem desenvolvidos com o auxílio das TDIC. Enquanto, a **dimensão administrativa**, trata da organização e manutenção dos registros de assentamentos dos alunos e professores, atualização e divulgação de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, resoluções e demais documentos, como também, a participação de toda e qualquer situação, seja com alunos, professores ou pais.

O primeiro fundamento para a formulação do projeto político-pedagógico de qualquer escola ou rede de ensino é a sua construção coletiva. O projeto político-pedagógico só existe de fato - não como um texto formal, mas como expressão viva de concepções, princípios, finalidades, objetivos e normas que orientam a comunidade escolar [...]. (BRASIL, 2013, p. 177)

Como **terceira estratégia - caracteriza-se pelo entendimento da TDIC presentes em um currículo transversal (grifos nossos)**. Essa estratégia refere-se à implementação das TDIC nas disciplinas, relacionado com os conteúdos de cada série/ano escolar. E não como uma atividade apenas da disciplina de Informática Básica. Ou seja, o uso das TDIC, não pode ser entendido como mais um conteúdo a compor o currículo escolar de forma complementar. Mas, sim como um instrumento presente nos currículos, nos conteúdos e no cotidiano da escola (PRETTO, 2013). Isso porque, as tecnologias ganharam um espaço expressivo,

pois possibilitam a interação de saberes e geram novas perspectivas nas relações diretas dos sujeitos entre si e com o mundo (SANTA CATARINA, 2014).

Para Sacristán (2000), o interessante na educação, é alcançarmos o acesso aos modos e formas de conhecimento, as aprendizagens necessárias para a participação em uma sociedade democrática, as que definam o aluno como controlador de suas próprias escolhas, que proporcionem concepções, capacidades e estratégias necessárias para aprender por si mesmo e assim, melhorar a sociedade em que vive.

Por fim, como última estratégia, não podemos esquecer que para realizarmos ações pedagógicas com o uso das TDIC, os equipamentos são necessários. Dessa forma, a **quarta estratégia - caracteriza-se pelo desenvolvimento de propostas direcionadas ao aparelho do estado (grifos nossos)** para que viabilizem estes equipamentos na escola. As políticas públicas surgem para viabilizar o acesso às TDIC, dentro das escolas. Essas políticas são reconhecidas como programas ou projetos de inclusão digital e vêm sendo incorporadas nas escolas, contribuindo para o acesso aos alunos e professores à tecnologia (BONILLA; PRETTO, 2011)

Enfim, gostaríamos de salientar que as quatro estratégias apresentadas, não possuem uma ordem cronológica de aplicabilidade e relevância, ambas são importantes e distintas para o contexto investigado. Afinal, a prática democrática da gestão da escola na construção, realização e na avaliação do PPP decorre do caráter principal que é o processo educativo. Este permeia o conhecimento como processo, como construção, como ampliação e produção do saber, requisitos necessários para a conquista da autonomia (BRASIL, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo surgiu das minhas inquietações oriundas dos debates propostos ao longo do curso de especialização sobre o assunto da nova era: **a tecnologia digital na educação**. Ao falarmos de tecnologia digital, podemos afirmar que a sociedade que não vive mais sem o uso das tecnologias, especialmente sem o acesso aos computadores, celulares, *tablets*, etc, ligados à internet, que facilitam a comunicação, ou seja, as TDIC.

Quando trazemos essas discussões para os espaços escolares, para os processos de aprendizagens, nos deparamos com uma realidade diferente, pois conforme Souto (2013),

[...] enquanto as políticas públicas focam na viabilização do acesso (ainda precário) aos equipamentos e à Internet, os professores não são formados para uma apropriação crítica e criativa das tecnologias (como conteúdo ou como ferramenta pedagógica) e se deparam com alunos nativos e confortáveis na cultura digital.

Ou seja, os alunos possuem celulares, notebooks e outros eletrônicos com uma tecnologia avançada, mas muitas vezes, sua utilização é apenas de entretenimento. Conforme Buckingham (2007), os alunos não devem ser reconhecidos apenas como seres aptos ao aprendizado, mas também seres que se relacionam entre si, transformando o meio em que vivem.

Diante desse contexto, delimitamos os contornos de pesquisa para análise do PPP da EEB Adelaide Konder para inclusão das TDIC. Afinal, apesar das dificuldades do contexto investigado, é possível buscar um aproveitamento para as TDIC já disponíveis, nos processos educacionais.

Para tanto, utilizamos como metodologia de pesquisa uma abordagem qualitativa, ancorada na perspectiva e procedimentos do estudo de caso etnográfico.

A partir do referencial teórico desse estudo, elaboramos algumas estratégias de inserção e aplicabilidade das TDIC no PPP escolar, tais como:

- O conhecimento para o uso pedagógico das TDIC;
- Construção coletiva;

- Entendimento da TDIC presentes em um currículo transversal;
- Desenvolvimento de propostas direcionadas ao aparelho do estado.

As estratégias elaboradas corroboram para o entendimento de que inserção das TDIC no processo de ensino-aprendizagem podem promover uma renovação pedagógica, filosófica e política na escola que está diante desta nova cultura, uma Cultura Digital. Haja vista que “as tecnologias necessitam ser compreendidas como elementos fundantes das transformações que estamos vivendo” (PRETTO; ASSIS, 2008, p.80).

Destaca Freire (2004), o que pudermos realizar no sentido de chamar os que vivem dentro e fora da escola, no sentido de participarem, e se tomarem responsáveis pela escola. Tudo o que a gente fizer neste sentido é o início, pois o trabalho é um trabalho amplo e complexo.

Por fim, é possível considerar que o objetivo desse estudo foi atingido, pois evidenciamos estratégias pedagógicas possíveis para inserir no PPP do contexto investigado. Com isso, conseguimos trazer a luz da discussão, não com a intencionalidade de se esgotar em si mesmo. Mas sim, com a finalidade de propor novas discussões para subsidiar esse desenvolvimento na EEB Adelaide Konder e em outras pesquisas e projetos relacionados com esse tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Integração de currículo e tecnologias: a emergência de web currículo**. Anais do XV Endipe – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; Valente, José Armando. **Integração Currículo e Tecnologias e a Produção de Narrativas Digitais**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) São Paulo, São Paulo - Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 3, p. 57-82, Set/Dez 2012

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola aprendente: para além da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**. Brasília: MEC, SEB, 2004

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília: MEC, SEB, 2004

BUCKINGHAN, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. Editora Loyola, São Paulo, Brasil, 2007.

DIAS, Gilmar. **A Dimensão Política do Projeto Político-Pedagógico: Rumo à Autonomia Política e Pedagógica da Escola Pública**. Universidade Tuiuti do Paraná, 2003.

FERREIRA, Mônica Dias Peregrino. **As armadilhas da exclusão: um desafio para a análise**. 2002. Prólogo. In: BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson de Luca. **Inclusão Digital: polêmica contemporânea**. v. 2. Salvador: EDUFBA, 2011

LE MOS, André. Prólogo. In: BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson de Luca. **Inclusão Digital: polêmica contemporânea**. v. 2. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 15-21.

KONDER, ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ADELAIDE. **Projeto Político Pedagógico**. Santa Catarina, 2015

MARCON, Karina. **A inclusão digital na formação inicial de educadores a distância**: Estudo multicaso nas Universidades abertas do Brasil e de Portugal. Porto Alegre, 2015

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira**: 500 anos de história, 1500 - 2000.7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PRETTO, Nelson De Luca e Maria Helena Silveira Bonilla, organizadores. **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011

PRETTO, Nelson De Luca. **Reflexões**: ativismo, redes sociais e educação. Salvador: EDUFBA, 2013.

PRETTO, Nelson De Luca e ASSIS, Alexandra. **Cultura digital e educação**: rede já! In: PRETTO, Nelson De Luca & SILVEIRA, Sérgio Amadeu (org). Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador, Editora EDUFBA, 2008.

RIBEIRO, Carla Viana (Org). **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Cap. 2, p.25-40.

SACRISTÁN, G., J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação - [S.l.]: [S.n.], 2014.

SANTANA, Bianca; PRETTO, Nelson De Luca; ROSSINI, Carolina. **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas políticas públicas. 1º ed. 1 imp. - Salvador: Edufba. São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012

SOUTO, Ingrid Nicola. **Formação crítica mediada pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no Ensino de Ciências**: a análise de uma experiência nas licenciaturas em Física e Ciências Biológicas. Florianópolis, SC, 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **O Estudo de Caso Etnográfico em Educação**. In N. Zago; M. Pinto de Carvalho; R. A. T. Vilela (org.) Itinerários de Pesquisa – Perspectivas Qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Lamparina (2ª edição), 2011.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro. **Inclusão digital:** novas perspectivas para a informática educativa. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010

ANEXOS

ANEXO 1 - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Educação Básica Adelaide Konder esta no Google Drive, disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0B_OyJQcJoveraXZ5VThDbE5QQIk/view?usp=sharing>